

Bacias hidrográficas terão aporte de R\$ 52,3 milhões

Estado já investiu em estudos técnicos de batimetria e topografia



MAURÍCIO TONETTO/SECOM/JC

Vale do Taquari foi uma das regiões mais castigadas pela força das águas na enchente histórica de 2024

das cicatrizes
à reconstrução

Joaquim Porto
joaquimp@jcrs.com.br

Passados dois anos em que foi decretado Estado de Calamidade Pública - no dia 4 de maio de 2024 - por conta das enchentes, o Rio Grande do Sul ainda luta para se reerguer. No decorrer da catástrofe, as chuvas críticas foram duradouras e avassaladoras, responsáveis pelas enxurradas urbanas e alagamentos. Com a grande constância de precipitação, as bacias hidrográficas encheram e, não conseguiram fazer a vazão necessária a tempo, acarretando na elevação do nível dos rios.

Uma bacia hidrográfica é a delimitação territorial em que se consegue definir para onde escoam superficialmente as águas em que nela precipitam, tendo os afluentes e o rio principal. Elas são divididas por meio de cartografia e, a partir do relevo das bacias, se consegue fazer a definição da direção do escoamento, cada posição e ponto no mapa que contribui, assim, identificando a área fluvial que pertence.

Conforme Fernando Dornelles, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/Ufrgs), ainda estamos correndo atrás do prejuízo, que foram de décadas de negligência, tanto de ordenamento urbano nas cidades que tinham algum sistema de proteção contra cheias.

Nesse sentido, em alguns locais em que não se é possível se-

guir com as obras tradicionais de contenção para as cheias, foram adotadas estratégias de reordenamento de ocupação urbana. A área fica restrita ao uso, como a moradia, com a implantação de parques lineares, a exemplo do que ocorre na região do Vale do Taquari.

“Não temos como evitar, é um fenômeno principalmente de ordem natural, mas, temos que atuar para não nos expormos, respeitando as planícies inundáveis dos rios e adquirindo técnicas de zonamento”, explica Dornelles.

O professor ainda cita que é praticamente impossível controlar a vazão dos rios, e pensando na construção de vários reservatórios à montante, o custo seria o fator proibitivo.

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, existem 25 bacias hidrográficas e, sendo um dos estados brasileiros com maior disponibilidade de águas superficiais, o montante é dividido em três regiões: a do Uruguai, que drena cerca de 57% da área total do RS; a do Guaíba, 30%; e a Litorânea, abrangendo cerca de 13% do território.

Mesmo com a previsão de chegada do novo El Niño no segundo semestre, Dornelles acredita que a chance de acontecer o mesmo que em maio de 2024 é mínima.

Em um balanço apresentado sobre projetos e ações para deixar o Estado mais protegido frente a eventuais eventos climáticos, o governador Eduardo Leite afirmou que o Rio Grande do Sul está muito melhor preparado para enfrentar calamidades, porém, o mundo todo está aprendendo a conviver com os efeitos das mudanças do clima.

Apoiado nisso, o Estado investiu R\$ 52,3 milhões em estudos técnicos de batimetria (responsável pela medição da profundidade de rios, lagos e outros corpos d'água para mapear o relevo subaquático) e topografia (ciência que mapeia e descreve com precisão a superfície terrestre, relevo e acidentes de um terreno). O objetivo é subsidiar a tomada de decisões, qualificar intervenções e fortalecer ações de monitoramento, reconstrução e planejamento territorial.

O estudo faz parte do Plano Rio Grande (Funrigs), que já soma R\$ 14 bilhões entre valores pagos, empenhados e aprovados, em 227 projetos e ações para reconstrução.

Com os estudos batimétricos, a partir dos dados coletados e da aplicação de modelagem hidrodinâmica, será possível avaliar com maior precisão a eficácia de intervenções como a dragagem, especialmente no que se refere à melhoria do fluxo hídrico.

Juntamente com esse investimento há uma ampliação da rede de estações hidrometeorológicas, com 125 estações já instaladas e em funcionamento, para obter um diagnóstico mais preciso dos eventos climáticos capazes de entender o tamanho do impacto.

Além disso, foram contratados estudos de modelagem hidrodinâmica que permitem antecipar com maior precisão o comportamento das águas em situação de cheias, emitindo alertas precisos para proteger a população. “Não existe uma tecnologia capaz de impedir que eventos extremos aconteçam, mas existe a responsabilidade de nos prepararmos melhor para enfrentar esses eventos”, disse Leite.

Frente fria intensa traz temporais e ventanias ao Rio Grande do Sul

/ CLIMA

O tempo começa a mudar nesta quinta-feira em todo o Rio Grande do Sul. Haverá dois cenários: a metade Norte mantém o dia seco, bem quente desde a madrugada. O vento de Norte para Sul, moderado e por vezes forte, sobretudo, chega nos vales.

O segundo cenário será uma linha de instabilidade que irá avançar do Uruguai na direção da Metade Sul e Oeste do Estado com alerta para temporais que poderão avançar com chuva forte, granizo, muitos raios e vendavais localizados. As rajadas poderão oscilar entre 60 a 80 km/h, pontualmente podendo chegar a 100 km/h acompanhando o avanço da instabilidade. O risco de tempo severo é alto.

Antes do avanço da chuva, o calor será intenso com máximas

que poderão oscilar entre 31 e 33°C. Modelos divergem quanto ao horário preciso da instabilidade, mas em geral da tarde para a noite. Já o Centro, Norte e Leste do Estado terão maior potencial para fortes temporais nas primeiras horas da madrugada desta sexta-feira.

Em Porto Alegre e na Região Metropolitana, o sol predomina com previsão de intenso abafamento. O dia será ventoso com sol e nuvens e não se afasta chuva e temporais isolados à noite. Na sexta-feira, a MetSul Meteorologia adverte para o elevado risco de tempo severo por conta da passagem de uma frente fria com potencial para vendavais com rajadas ao redor de 80 km/h a 100 km/h. Ao longo do dia, o ar seco avança, afasta as nuvens e derruba a temperatura com previsão de a mínima ocorrer no turno da noite, que será bastante fria.

Anvisa e PF vão combater venda ilegal de medicamentos emagrecedores

/ SAÚDE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Polícia Federal (PF) pretendem assinar um acordo de cooperação para combater, conjuntamente, o mercado ilegal das chamadas canetas emagrecedoras - medicamentos injetáveis que utilizam substâncias como a tirzepatida e semaglutida no tratamento da obesidade.

Segundo o diretor da Anvisa, Daniel Pereira, a parceria vai permitir a intensificação do enfrentamento a crimes e riscos sanitários envolvendo a produção, importação e venda irregular de medicamentos. O objetivo é frear a comercialização ilícita de produtos sem registro e comprovação de origem e qualidade, inclusive por meio de plataformas digitais.

“Esta articulação ganha ainda mais relevância diante do aumento expressivo de eventos adversos associados ao uso destes medicamentos, muitas vezes sem prescrição médica ou com produtos sem qualquer garantia de qualidade, pureza ou segurança”, disse Pereira.

Segundo ele, a cooperação consolida um modelo já testado em operações conjuntas pontuais, como a Heavy Pen, que, no mês passado cumpriu 45 mandados judiciais de busca e apreensão e 24 ações de fiscalização no Espírito Santo, em Goiás, Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, no Pará, Paraná, em Roraima, no Rio Grande do Norte, em São Paulo, Sergipe e Santa Catarina.

Na prática, os medicamentos apreendidos em futuras operações conjuntas, frutos da parceria, serão analisados de forma integrada, com perícia da PF e suporte técnico da Anvisa, permitindo avaliar a composição dos produtos ilícitos.

“Para a autoridade sanitária, isto é essencial à avaliação do risco concreto à saúde da população. Já para o Estado, os resultados [da análise conjunta] fortalecem os inquéritos criminais, contribuindo para interromper cadeias ilícitas altamente organizadas, muitas, interestaduais e apoiadas em plataformas digitais”, acrescentou Pereira.

Ao defender a atuação regulatória, o diretor destacou que a proteção à saúde exige uma resposta coordenada entre diferentes esferas do governo e a superação do impasse entre o necessário rigor técnico e a importância da disponibilidade de medicamentos.

“A saúde pública do século 21 exige instituições fortes, técnicas, éticas e comprometidas com o bem coletivo”, afirmou. De acordo com Pereira, “para ser efetiva, a atuação regulatória precisa dialogar, de forma estruturada, com as ações de fiscalização, investigação e repressão criminal”, concluiu.